

Fernando Molica

A fé que remove impostos

A discussão da Proposta de Emenda à Constituição que amplia a isenção tributária de entidades religiosas e de seus templos reforça como o crescimento do eleitorado evangélico tem sido usado como forma de pressão indevida sobre o Estado brasileiro.

É justo que a Constituição garanta a liberdade de culto e que não permita ao governante de plantão estabelecer impostos que possam servir como elemento de perseguição a essa ou aquela religião. O mesmo vale para entidades sindicais de trabalhadores e partidos políticos.

O problema é quando a sociedade como um todo — inclusive os ateus e os sem religião — é obrigada a subsidiar o exercício da fé. Qualquer privilégio tributário representa um peso extra nas costas de quem dele não se beneficia.

Para compensar o imposto que não será pago por A, B terá que recolher mais à Receita. Ou, como ocorre, o Estado será obrigado a se endividar ainda mais ou abrir mão de fazer obras ou prestar serviços.

Pode-se alegar que o país não chega a ser um exemplo na execução de suas tarefas, mas os governos são eleitos de forma democrática pela população, que assim legitima uma determinada opção política que, em tese, reflete-se em prioridades orçamentárias.

Muita gente pode lembrar que o crescimento avassalador e desproporcional das emendas parlamentares deforma o orçamento, transforma deputados e senadores em ordenadores de despesas. Mas, mesmo assim, há uma lógica política que, mesmo torta, reflete opções do eleitor.

Ao distribuir isenções de forma irrestrita para religiões, templos e suas associações, o Estado abre mão de estabelecer prioridades no uso de dinheiro público.

A PEC apresentada pelo deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, impede a cobrança de impostos sobre “a aquisição de bens e serviços necessários à formação do

patrimônio, à geração de renda e à prestação de serviços”.

Isto, no caso de entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes. Vale também para partidos políticos e suas fundações, entidades sindicais dos trabalhadores, instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos.

Como ressaltou no plenário o deputado Glaber Braga (Psol-RJ), a PEC impede a cobrança de impostos sobre a compra de um jatinho por uma igreja — na sessão, Crivella admitiu que sua denominação tem uma dessas aeronaves.

Segundo alguns cálculos, a aprovação da PEC geraria uma queda anual de receitas no valor de R\$ 4 bilhões, uma conta que será paga por todos nós. Não quero ser obrigado a subsidiar a compra de um jatinho novo pela Universal ou por uma eventual entidade da Igreja Católica ou por qualquer outra crença.

Como mostrou a coluna

Correio Bastidores, a PEC foi inscrita principalmente por partidos de direita e do Centrão; é discreta a presença de deputados de esquerda entre seus apoiadores. Para não comprar briga com evangélicos, o governo federal tinha dado sinal verde à PEC, mas o ministro Fernando Haddad entrou em campo e tenta diminuir o tamanho do prejuízo.

Mais uma vez uma ala do governo tropeça ao insistir no erro de abrir mão da luta política para tentar comprar apoio de lideranças evangélicas que dominam grandes igrejas.

Assim, renova um equívoco: faz carinho nos donos de denominações e não insiste mais na conversa com cidadãs e cidadãos evangélicos. Estes são pagadores de impostos que, em sua grande maioria, não seguem denominações midiáticas; pessoas que, como a grande maioria do povo brasileiro, usam o SUS, têm filhos em escolas públicas. Elas precisam saber que a PEC prevê menos grana para tudo isso.

EDITORIAL

Milton e suas sábias palavras

“Tu quer que fale de Branca de Neve? De Donald Trump? Não, meu amor, vai falar de Clementina de Jesus, de Exu, de Laíla, porque escola de samba é negro, e os negros produziram a maior vitrine cultural do país para o mundo”. Começamos este editorial hoje com o discurso de Milton Cunha, durante a transmissão da comemoração ao dia do samba, na Cidade do Samba, no Rio. O apresentador e carnavalesco expôs sua opinião e defendeu as escolhas de enredos, por parte das agremiações, diante de comentários, nas redes sociais, criticando temas ligados à cultura afro-brasileira.

Milton foi incisivo e didático ao responder tal crítica com argumentos plausíveis já que sim, o Carnaval no Brasil tem forte ligação e nasceu do povo negro e periférico. As primeiras escolas de samba, para quem não sabe, surgiram em comunidades do Rio, como forma de resistência, celebração da ancestralidade e afirmação cultural.

Para aqueles que criticam também a ligação da festa com religiões, é só pesquisar mais afundo que terá conhecimento de que as escolas sempre foram, desde o início,

espaços onde os negros podiam expressar sua identidade e religiosidade, muitas vezes conectadas ao candomblé e à umbanda. E isso vemos até hoje, com enredos, sambas, fantasias e alegorias ligados às duas religiões.

Como disse Milton, as agremiações têm total liberdade de escolherem o tema que quiserem para o desfile. E nada mais justo que celebrar e lembrar, sempre, sobre suas origens, concordam?

Na prática, só quem já foi para o sambódromo, seja em qual cidade for, já sentiu a emoção do desfile. A energia, satisfação, sorriso e choro daqueles que se dedicam, o ano inteiro, para que o show seja feito. Para que o espetáculo seja apresentado da melhor forma possível. Mostrando nele, sua identidade, sua resistência, seu orgulho e o mais importante, que a cultura não tem distinção, não tem raça e muito menos religião. O carnaval é a nossa riqueza e merece respeito. Acima disso, as escolas merecem respeito e aplausos. Não importa o enredo. É uma luta de um povo que merece respeito. Respeito e mais respeito! Viva o Carnaval.

O pacote fiscal e seus efeitos no mercado

Um tiro que pode ter saído pela culatra e custado caro ao Governo Federal. Muitos analistas disseram que um dos grandes erros do pacote de cortes de gastos foi ter incluído o “jabuti” do imposto de renda. Dados da Confederação Nacional dos Municípios, divulgados pelo Correio da Manhã, revelam que a isenção para quem ganha até R\$ 5 mil pode representar perdas de arrecadação de até R\$ 20 bilhões aos cofres das cidades brasileiras. Um dinheiro que poderia muito bem servir para ajudar nas melhorias estruturais das pequenos e médios municípios.

Ajudar a camada social que o PT mais aposta e se usufrui na hora das eleições para votos, pode ser uma forma de tentar mostrar o papel político do partido, porém, nem sempre a benesse pode ser útil para a grande economia. E a prova está sendo esta gangorra entre Haddad,

banqueiros e mercado, com o dólar chegando ao patamar de R\$ 6, pela primeira vez.

Claro que fatores externos também são considerados nesta questão, como a nova equipe de Donald Trump e seus nomes para as posições econômicas. Contudo, o mercado anda apreensivo com esse pacote e se essas medidas vão vingar de fato ou não. E o resultado está sendo conversas longas com o Ministro da Fazenda e os grandes nomes do setor.

De fato, o brasileiro é quem mais vai pagar a conta, principalmente aquele da classe média, que sofre com essas “mexidas” da economia. Enquanto não tivermos medidas necessárias para combater os gargalos do setor, continuaremos a ver esta gangorra de sobe e desce do dólar, mas, agora, com uma longa subida, na qual aguardamos a sua longa descida, para o bem da própria economia nacional.

Vicente Loureiro*

Metrópoles em expansão

Os passivos urbanísticos acumulados nas regiões metropolitanas brasileiras, especialmente aqueles localizados em favelas, loteamentos clandestinos ou irregulares e outras formas de ocupação informal, seguem desafiando os governos e continuam a crescer. Além de não conseguirem remediar esses problemas, as políticas públicas voltadas para essas áreas não têm sido suficientes para conter o surgimento de novos assentamentos em condições inadequadas e cada vez mais distantes e dispersos.

A conta não só não fecha, como promete permanecer no vermelho, se não for adotado um plano de contenção da expansão precarizada das cidades, em especial das médias, grandes e metropolitanas. O modelo de desenvolvimento urbano praticado na maioria das metrópoles brasileiras, com

raríssimas exceções, é corrosivo e insustentável. Estressa a oferta de infraestrutura e serviços públicos disponíveis, elevando os custos dos investimentos necessários a atender uma demanda em permanente estado de espraiamento.

Além disso, esse padrão de desenvolvimento urbano baseado em ocupações precárias de baixa densidade também faz aumentar os custos de manutenção da infraestrutura e dos serviços básicos. Isso resulta em soluções insuficientes e de qualidade duvidosa, como os “gatos” de energia e de água e serviços de transporte improvisados, como vans e mototáxis, entre outras ofertas no estilo “quebra galho”. Com o agravante de que cada vez mais, essas alternativas são controladas pelo crime organizado ou pelas milícias.

A inflação, vivida no país até os anos 90 do século passado,

tinha efeitos deletérios sobre a economia, com impactos mais acentuados e degradantes sobre a população mais pobre. Graças a um plano exitoso de combate às suas causas ela foi debelada. Da mesma forma, a urbanização extensiva e desordenada das grandes cidades, compromete o padrão de qualidade de vida urbana ofertado, especialmente para os setores mais vulneráveis da população.

Tal plano de contenção da expansão precarizada das cidades precisa enfrentar as razões que, ao longo dos anos, tem aumentado quantitativa e proporcionalmente o número de habitantes vivendo nessas condições. Montar essas equações não será fácil, nem tão pouco singular implementar as medidas indispensáveis a adoção de um novo modelo de desenvolvimento urbano no país. Além dos

recursos regularmente disponíveis, será imprescindível a implantação de políticas de Estado capazes de atravessar duas ou três décadas de governos distintos.

Há muitas ideias e recomendações interessantes e com grande viabilidade de execução. O “X” da questão é organizá-las numa proposta efetiva, capaz de ser adotada concomitantemente pelos três níveis de governo, incluindo ações do legislativo e do judiciário. Somente assim a reprodução das cidades poderá se dar em condições minimamente dignas e sustentáveis para todos os cidadãos. Não será tarefa simples, mas não tenho dúvidas de ser ainda possível.

***Arquiteto e urbanista. Doutorando pela Universidade de Lisboa. Autor dos livros “Prosa Urbana” e “Tempo de Cidade”**

OUTRAS PÁGINAS NO BRASIL E NO MUNDO

José Aparecido Miguel (*)

Contraste e desigualdade no Rio. Leblon tem mais idosos e Barra concentra 12 mil lares com 4 banheiros

1-ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, um dos maiores cientistas brasileiros, morre aos 93 anos. Como professor, pesquisador e gestor, o físico comandou importantes institutos e centros de pesquisa do Brasil. Por João Gabriel Alvarenga, Bruna Carnielli, g1 Campinas e Região, e EPTV. Ele era professor emérito da Unicamp e Presidente de Honra do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM). (...) (g1)

2-ROCINHA, A MAIOR FAVELA DO BRASIL. Dados do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmam que a Rocinha, localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro, permanece como a maior favela

do Brasil. A comunidade, que agora conta com 72.021 moradores, cresceu 4% em relação ao último Censo, em 2010, e possui mais de 30 mil domicílios. O crescimento da Rocinha, no entanto, contrasta com o cenário geral da cidade do Rio, que perdeu 43,3 mil moradores de comunidades e viu São Paulo assumir o posto de cidade com o maior número de pessoas vivendo em favelas. Ranking das favelas mais populosas do Brasil. Rocinha, Rio de Janeiro 72.021. Sol Nascente, Brasília 70.908. Paraísoópolis, São Paulo 58.527. Cidade de Deus, Manaus 55.821. Rio das Pedras, Rio de Janeiro 55.653. Heliópolis, São Paulo 55.583. São Lucas, Manaus 53.674. Coradinho, São Luís 51.050. Baixadas da Estrada Nova Jurunas, Belém 43.105.

Beiru / Tancredo Neves, Salvador 38.871. Fonte: Censo 2022. Um dos critérios para o IBGE considerar uma área como favela é a precarização da posse do terreno. Se fosse considerada um município independente, a Rocinha superaria em população 5.112 cidades brasileiras, equivalente a 91,7% do total de municípios do país. Além da Rocinha, outras favelas do Rio figuram entre as mais populosas, como Rio das Pedras (55.653 moradores) e Jacarezinho (29.766 moradores). Apesar de o município do Rio ter perdido 110 mil habitantes desde 2010 — sendo 40% desses de favelas cariocas — algumas comunidades continuam em crescimento. Favelas mais populosas do Rio. Rocinha 72.021. Rio das Pedras 55.653. Jacarezi-

nho 29.766. Fazenda Coqueiro 18.499. Nova Cidade 16.580. Vila Vintém 14.140. Muzema 12.982. Nova Holanda 12.224. Vila Rica de Irajá 12.089. Fonte: Censo 2022. (...) Leblon tem mais idosos e Barra concentra 12 mil lares com 4 banheiros. Dados mostrados pelo último Censo refletem a realidade de uma cidade marcada por contrastes e desigualdade. Por Felipe Grinberg, Giampaolo Morgado Braga, Jéssica Marques e Selma Schmidt. (...) (Exame)

(*) José Aparecido Miguel, jornalista, diretor da Mais Comunicação-SP, trabalhou em todos os grandes jornais brasileiro - e em todas as mídias. E-mail: jmigueljb@gmail.com

Opinião do leitor

STF

Não se pode uma mesma pessoa ser a julgadora e a própria interessada num processo e isso está acontecendo muito com Alexandre de Moraes no STF. Espero que a Corte seja sábia e o retire da relatoria do inquério da PF

Gilberto Gonçalves Sobrinho
São Paulo - São Paulo

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: GUERRA SINO-RUSSA ESTÁ PERTO DO FIM

As principais notícias do Correio da Manhã em 3 de dezembro de 1929 foram: Imprensa mundial dá várias informações inconclusivas

sobre as conversas franco-italianas a respeito dos armamentos navais. Na Guerra sino-russa, enquanto tudo se encaminha para um acordo de

paz, aviões soviéticos continuam a bombardear a China. STM discute desfalques nas folhas do Corpo de Marinheiros.

HÁ 75 ANOS: LAUREANO GOMEZ É O NOVO PRESIDENTE DA COLÔMBIA

As principais notícias do Correio da Manhã em 3 de dezembro de 1949 foram: Laureano Gomez é eleito o novo presidente da Colômbia

e será empossado em agosto próximo. Comissão Política da ONU rejeita acusação da URSS contra a União Sul-Africana. Comissão de

Finanças da Câmara rejeita um alterão do Senado ao projeto do Orçamento. Senado conclui os axemos do Orçamento.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Direção Executiva: Marcos Salles (Presidente)
comercial.grupocorreiodamanha@gmail.com

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, e Rafael Lima
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação)
Leo Delfino (Editor)

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22775-057
Brasília: ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes -
Brasília - DF - CEP: 71.736-20
www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.